



SONAE INDÚSTRIA, SGPS, SA
Relatório e Contas Consolidadas
1º semestre 2004
Sociedade Aberta

Lugar do Espido, Via Norte, Maia
Matriculada na C.R.C. da Maia sob o n.º 1067
Capital Social: EUR 500.000.000
Pessoa Colectiva n.º 500204128

26 de Julho de 2004

ÍNDICE

1. Enquadramento Conjuntural dos Negócios.....	3
2. Contas consolidadas e Análise da actividade.....	4
2.1 Demonstração de Resultados.....	5
2.2 Balanço.....	6
3. Perspectivas para o segundo semestre de 2004.....	7

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas:

Em cumprimento da Lei e dos Estatutos da sociedade vimos apresentar a V. Exas. o Relatório e Contas consolidadas referentes ao primeiro semestre de 2004.

1. Enquadramento Conjuntural dos Negócios

No primeiro semestre de 2004 assistiu-se a uma melhoria do posicionamento da Sonae Indústria no negócio dos painéis derivados de madeira, ao passo que a Gescartão sofreu um ciclo negativo de preços baixos, que conduziu à deterioração dos seus resultados operacionais.

Tanto a procura como os preços do aglomerado e do OSB continuaram a crescer, sobretudo na Europa. Este facto, acrescido da focalização na gestão da margem em vez do crescimento da quota de mercado e dos programas em curso de redução de custos, contribuiu positivamente para os resultados operacionais. Em termos gerais, o mercado de MDF manteve-se estável, embora tivesse atingido já um nível satisfatório de preços e de utilização da capacidade instalada.

No sector dos painéis derivados de madeira houve uma melhoria significativa da eficiência em termos consolidados, apesar de, em França, no Reino Unido e no Brasil, ainda se estar aquém dos objectivos propostos.

Há que salientar a forte melhoria da operação alemã, tendo a Glunz registado um resultado líquido positivo, o que já não ocorria há mais de 10 anos.

As subsidiárias da Península Ibérica, Canadá e África do Sul fizeram progressos para além do desempenho positivo ocorrido ao longo de 2003.

Em França, o cash-flow operacional apresentou um crescimento sólido, embora ainda ocorram alguns constrangimentos operacionais nalgumas fábricas.

No Reino Unido, a utilização de uma percentagem elevada de madeira reciclada esteve na origem de alguns problemas, os quais foram identificados, estando a ser tomadas medidas correctivas.

O Brasil continua a ser o país que levanta maiores preocupações a vários níveis. As vendas cresceram menos do que o mercado, devido, por um lado, a um aumento da capacidade instalada e às importações provenientes da Argentina e, por outro, a uma descida das exportações, causada por problemas logísticos nos portos e pelos custos especulativos dos transportes marítimos.

Em termos globais, os níveis de produtividade ainda têm de melhorar, sobretudo no que respeita às funções de suporte. Apesar de parte destas melhorias advir do aumento dos níveis da actividade industrial e da agilização dos processos, estamos empenhados em melhorar o nosso relacionamento com todos os grupos de interesse, incluindo sindicatos e associações profissionais, de modo a que se encontrem práticas mais flexíveis que garantam a sustentabilidade do negócio.

Os resultados consolidados da Gescartão foram extremamente influenciados pela evolução negativa dos preços do papel kraft na Europa. Durante o primeiro trimestre deste ano, os preços médios de venda da Portucel Viana, em termos reais, atingiram o nível mais baixo dos últimos dez anos.

Durante o primeiro semestre deste ano, foram concretizadas duas acções com vista à optimização dos capitais empregues, um dos objectivos estratégicos da Sonae Indústria: uma transacção financeira com base em activos industriais, no montante de 18,5 milhões de euros e uma operação de securitização da carteira de clientes até ao montante de 120 milhões de euros.

O aumento de capital de 200 milhões de euros, aprovado na última Assembleia Geral e a concretizar no segundo semestre de 2004, permitirá reforçar o balanço da Sonae Indústria.

Em termos gerais, a Sonae Indústria melhorou a sua posição em relação ao ano transacto e encontrou o rumo certo no que respeita à estrutura da organização, das operações e dos recursos financeiros.

2. Contas consolidadas e Análise da actividade

O Volume de Negócios aumentou para 788 milhões de euros. Este valor representa um aumento de 5,3% em relação ao 1ºS'03, apesar da contribuição da Gescartão ter decrescido 4,5%. O sector dos painéis mantém um desempenho sólido pelo terceiro trimestre consecutivo, apoiado na forte procura de aglomerado e OSB. Desde Outubro de 2003, os preços têm evoluído de forma continuada; embora o preço médio consolidado deste

semestre se mantenha abaixo do valor do período homólogo de 2003. Comparando os preços a Junho de 2003 e 2004, constata-se que houve uma pequena evolução positiva.

A **Utilização da capacidade**, devido à forte procura do mercado, melhorou, em termos consolidados, para 92%. O aspecto mais significativo foi registado nas fábricas de OSB, que operaram em velocidade de cruzeiro e, não menos importante, o aumento de 13 pontos percentuais das fábricas de aglomerado.

No primeiro semestre, o **EBITDA** atingiu 104,6 milhões de euros, o que representa um aumento de 38,8% em relação ao 1ºS'03. Este valor corresponde a 13,3% do Volume de Negócios e compara com 10,1% no período homólogo de 2003. O sector de painéis melhorou o EBITDA em 34,8 milhões de euros, o que corresponde a um aumento absoluto de 3,8 pontos percentuais do volume de negócios.

2.1 Demonstração de Resultados

EUR milhões	1 S 2003	1 S 2004	Δ 04/03
Volume de Negócios	748,4	787,7	5,3%
Cash Flow Operacional	75,4	104,6	38,8%
Margem EBITDA %	10,1%	13,3%	
Resultados Operacionais	3,1	38,5	1153,9%
Resultados Financeiros	-42,3	-34,4	-18,8%
Resultados Correntes	-39,3	4,1	-110,4%
Resultados Extraordinários	6,4	14,2	121,2%
Empresas Associadas	-0,7	0,2	-125,3%
Resultados antes de Impostos	-33,5	18,5	-155,2%
Impostos	6,3	6,0	-4,9%
Resultado Líquido com Int. Min.	-39,8	12,5	-131,5%
Interesses Minoritários	1,8	2,7	53,0%
Resultado Líquido do Período	-41,5	9,8	-123,7%

O volume de negócios consolidado da Sonae Indústria no 1º semestre de 2004 foi de EUR 787,7 milhões, uma variação positiva de 5,3% , em valor, relativamente ao período homólogo de 2003. A conjugação da influência adversa da conjuntura económica internacional, a valorização, neste período, do Euro relativamente à maioria das moedas e a forte pressão sobre os preços de venda na generalidade dos mercados são responsáveis por uma progressão do valor de vendas dissonante com o esforço de penetração de mercado que o Grupo conseguiu. Só o efeito cambial, de per si, retirou cerca de Euro 30 milhões ao Volume de Negócios por comparação com as taxas de referência do 1º Semestre de 2003.

A margem EBITDA consolidada do Grupo SONAE INDÚSTRIA a 30 de Junho de 2004 foi de 13,3% do volume de negócios, superior à margem homóloga do 1º semestre de 2003 (10,1%) em 3,2 pontos percentuais. Os resultados extraordinários foram positivos em EUR 14,2 milhões, superiores aos do ano passado (EUR 6,4 milhões) em EUR 7,8 milhões essencialmente devido a mais valias realizadas na venda de activos imobilizados.

Consequentemente os resultados antes de impostos cifraram-se em EUR 18,5 milhões, mais EUR 52 milhões que o mesmo período homólogo do ano anterior.

O resultado líquido consolidado do exercício, foi positivo em EUR 9,8 milhões, superior em EUR 51,3 milhões face ao mesmo período homólogo de 2003.

2.2 Balanço

EUR milhões	1 S 2003	1 S 2004	Δ 04/03
Imobilizado Líquido ¹	1.485,0	1.377,9	-7,2%
Existências	201,6	175,8	-12,8%
Dívidas de Terceiros	302,8	260,7	-13,9%
Disponibilidades	140,7	113,8	-19,1%
Acréscimos e Diferimentos	88,9	79,7	-10,4%
Total do Activo	2.218,9	2.007,9	-9,5%
Capitais Próprios ¹	223,1	198,6	-11,0%
Interesses Minoritários	164,5	132,9	-19,2%
Provisões para riscos e encargos	57,6	56,0	-2,8%
Dívidas a Terceiros MLP	1.077,1	814,9	-24,3%
Dívidas a Terceiros CP	495,0	587,3	18,6%
Acréscimos e Diferimentos	201,6	218,1	8,2%
Total do Passivo	1.831,3	1.676,3	-8,5%
Total do Passivo, Capital Próprio e Interesses Minoritários	2.218,9	2.007,9	-9,5%

1 Tal como em 2001, 2002 e 2003, as Diferenças de Consolidação foram anuladas por contrapartida de Reservas. Caso esta anulação não tivesse sido efectuada, o Imobilizado Incorpóreo e os Capitais Próprios em 30 de Junho de 2004 seriam superiores em EUR 161.206.530 e os resultados do período inferiores em EUR 6.589.948.

Durante o 1º semestre de 2004 a empresa executou e planeou algumas operações que influenciaram e vão influenciar de forma importante a estrutura do seu balanço.

No 1º trimestre a empresa alienou activos no valor de EUR 18,5 milhões.

No 2º trimestre concluiu uma operação de venda da sua carteira de clientes até ao montante de EUR 120 milhões.

Na última Assembleia Geral foi proposto e aprovado um aumento de capital de EUR 200 milhões através da emissão de 40 milhões de novas acções com o valor nominal de EUR 5.

As operações acima identificadas associadas à melhoria da actividade operacional da empresa, permitiram melhorar o nível de endividamento líquido que reduziu em cerca de EUR 68,2 milhões, relativamente ao final de 2003, passando para EUR 903,3 milhões.

3. Perspectivas para o segundo semestre de 2004

A evolução da envolvente macro-económica europeia e norte-americana irá ditar a evolução da nossa actividade no futuro próximo - não apenas no que respeita a actividade de construção e o consumo, mas também em termos de taxas de câmbio. A sustentabilidade da procura nos mercados asiáticos será crucial para manter em níveis aceitáveis a utilização da capacidade instalada.

A Sonae Indústria irá continuar a concentrar-se fundamentalmente em duas áreas: a melhoria do desempenho operacional e a reestruturação financeira.

Maia, 26 de Julho de 2004

O Conselho de Administração

GRUPO INDUSTRIA

Balanço Consolidado em 30 de Junho de 2004

Euros

Activo	04.06.30			03.06.30
	Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
IMOBILIZADO				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação.....	74.275.540	51.300.959	22.974.581	31.292.319
Despesas investigação e desenvolvimento.....	12.637.975	9.515.893	3.122.082	4.144.104
Propriedade industrial e outros direitos.....	4.086.417	3.905.444	180.973	545.968
Imobilizações em curso.....	4.043.904		4.043.904	708.581
	95.043.836	64.722.296	30.321.540	36.690.972
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais.....	65.121.041	1.785.805	63.335.236	67.445.311
Edifícios e outras construções.....	419.886.970	110.836.499	309.050.471	334.274.044
Equipamento básico.....	1.795.345.907	895.639.996	899.705.911	974.885.261
Equipamento de transporte.....	20.920.142	18.916.598	2.003.544	2.672.357
Ferramentas e utensílios.....	6.023.163	4.352.625	1.670.538	2.045.831
Equipamento administrativo.....	56.114.357	39.125.696	16.988.661	15.189.096
Taras e vasilhame.....	25.005	16.932	8.073	9.994
Outras imobilizações corpóreas.....	28.262.055	24.140.402	4.121.653	4.664.789
Imobilizações em curso.....	41.018.329		41.018.329	30.818.823
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas.....	647.151		647.151	1.560.647
	2.433.364.120	1.094.814.553	1.338.549.567	1.433.566.153
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas associadas.....	55.974.341	48.242.107	7.732.234	13.390.213
Empréstimos a empresas associadas.....	14.533.802	14.533.802		529.656
Partes de capital em outras empresas participadas.....	141.633		141.633	141.633
Títulos e outras aplicações financeiras.....	909.285	146.092	763.193	55.260
Outros empréstimos concedidos.....	420.990	296.599	124.391	331.669
Adiantamentos por conta investimentos financeiros.....	277.540		277.540	319.117
	72.257.591	63.218.600	9.038.991	14.767.548
CIRCULANTE				
Existências:				
Matérias primas, subsidiárias e de consumo.....	102.132.368	2.100.269	100.032.099	104.156.390
Produtos e trabalhos em curso.....	5.300.673		5.300.673	6.404.413
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos.....	881.161		881.161	745.693
Produtos acabados e intermédios.....	63.012.442	880.789	62.131.653	83.204.930
Mercadorias.....	7.678.120	221.961	7.456.159	7.077.844
Adiantamentos por conta de compras.....	38.095		38.095	12.698
	179.042.859	3.203.019	175.839.840	201.601.968
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:				
Clientes de cobrança duvidosa.....	1.188.812	1.187.107	1.705	1.704
Empresas associadas.....	71.980		71.980	82.830
Outros devedores.....	894.130	60.506	833.624	1.036.711
	2.154.922	1.247.613	907.309	1.121.245
Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
Clientes, c/c.....	136.663.270	3.201.792	133.461.478	153.789.018
Clientes - Títulos a receber.....	24.644.739		24.644.739	34.720.718
Clientes de cobrança duvidosa.....	12.808.077	10.299.025	2.509.052	3.033.081
Empresas associadas.....	21.165.772	2.096.185	19.069.587	33.981.453
Empresas participadas e participantes.....				
Outros accionistas.....				
Adiantamentos a fornecedores.....	820.391		820.391	1.692.015
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado.....				163
Estado e outros entes públicos.....	24.199.875		24.199.875	23.411.959
Outros devedores.....	55.638.461	588.191	55.050.270	51.007.226
	275.940.585	16.185.193	259.755.392	301.635.633
Títulos negociáveis:				
Acções em empresas associadas.....	9.495.126	9.295.126	200.000	33.321.734
Obrigações em empresas associadas.....	3.606.073		3.606.073	
Outros títulos negociáveis.....	1.950.826	27.772	1.923.054	3.254.324
Outras aplicações de tesouraria.....	48.252.654		48.252.654	6.756.580
	63.304.679	9.322.898	53.981.781	43.332.638
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários.....	59.494.294		59.494.294	94.911.454
Caixa.....	328.217		328.217	2.414.956
	59.822.511		59.822.511	97.326.410
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Acréscimos de proveitos.....	69.428.797		69.428.797	70.032.793
Custos diferidos.....	10.233.622		10.233.622	18.841.625
	79.662.419		79.662.419	88.874.418
Total de amortizações		1.159.536.849		
Total de provisões		93.177.323		
Total do activo	3.260.593.522		2.007.879.350	2.218.916.985

O Conselho de Administração

GRUPO INDUSTRIA
Balanço Consolidado em 30 de Junho de 2004
Euros

Capital Próprio e Passivo	04.06.30	03.06.30
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital.....	500.000.000	500.000.000
Prémios de emissão de acções.....	135.339.049	135.339.049
Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas.....	11.838.750	11.297.822
Reservas de reavaliação.....	4.648.437	4.648.437
Reservas:		
Reservas legais.....	3.297.117	3.297.117
Reservas estatutárias.....		
Reservas contratuais.....		
Outras reservas.....	-466.334.487	-389.912.629
	188.788.866	264.669.796
Resultado líquido do período	9.840.444	-41.546.199
Total do capital próprio	198.629.310	223.123.597
Interesses Minoritários	132.940.284	164.462.430
PASSIVO		
Provisões para riscos e encargos:		
Provisões para pensões.....	22.349.653	22.480.376
Provisões para impostos.....	428.426	520.284
Outras provisões para riscos e encargos.....	33.232.954	34.613.590
	56.011.033	57.614.250
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
Empréstimos por obrigações:		
Não convertíveis.....		23.140.934
Dívidas a instituições de crédito.....	358.037.138	593.571.733
Fornecedores, c/c.....	23.761	2.504
Empresas associadas.....	376.025.865	384.615.231
Outros empréstimos obtidos.....	3.900.550	3.102.633
Fornecedores de imobilizado, c/c.....	7.525.106	12.661.252
Estado e outros entes públicos.....	12.303.133	9.484.276
Outros credores.....	57.102.832	50.500.074
	814.918.385	1.077.078.637
Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
Empréstimos por obrigações:		
Convertíveis.....		
Não convertíveis.....	23.138.966	
Empréstimos por títulos de participação.....		150.328.307
Dívidas a instituições de crédito.....	268.515.211	1.911
Adiantamentos por conta de vendas.....	407.140	122.554.182
Fornecedores, c/c.....	131.894.411	21.655.152
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência.....	21.134.661	22.178.056
Fornecedores - Títulos a pagar.....	23.473.332	223.907
Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar.....	1.633.720	77.796.524
Empresas associadas.....	4.592.270	46
Outros accionistas.....	750	833.796
Adiantamentos de clientes.....	1.879.259	510.902
Outros empréstimos obtidos.....	2.043.514	10.615.402
Fornecedores de imobilizado, c/c.....	12.523.135	29.058.937
Estado e outros entes públicos.....	22.238.750	59.266.065
Outros credores.....	73.826.395	
	587.301.514	495.023.187
Acréscimos e diferimentos		
Acréscimos de custos.....	119.431.331	104.510.445
Proveitos diferidos.....	98.647.493	97.104.439
	218.078.824	201.614.884
Total do passivo	1.676.309.756	1.831.330.958
Total do capital próprio, dos interesses minoritários e do passivo	2.007.879.350	2.218.916.985

O Conselho de Administração

GRUPO INDUSTRIA
Demonstração Consolidada dos Resultados do 1º. Semestre de 2004
Euros

	04.06.30		03.06.30	
CUSTOS E PERDAS				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
Mercadorias.....	30.123.916		27.656.026	
Matérias.....	325.688.156	355.812.072	319.442.934	347.098.960
Fornecimentos e serviços externos		194.833.489		198.900.661
Custos com o pessoal:				
Remunerações.....	93.214.573		102.769.931	
Encargos sociais:				
Pensões.....	1.669.474		2.629.575	
Outros.....	26.613.932	121.497.979	32.232.564	137.632.070
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	62.950.071		68.179.394	
Provisões.....	3.169.063	66.119.134	4.121.770	72.301.164
Impostos.....	5.766.070		7.103.318	
Outros custos e perdas operacionais.....	1.039.446	6.805.516	922.295	8.025.613
(A)		745.068.190		763.958.468
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros.....				
Juros e custos similares:				
Relativos a empresas associadas.....	9.088.998		12.144.700	
Outros.....	35.238.001	44.326.999	41.025.960	53.170.660
(C)		789.395.189		817.129.128
Perdas relativas a empresas associadas.....				722.850
Custos e perdas extraordinárias		13.779.689		25.098.578
(E)		803.174.878		842.950.556
Imposto corrente.....		1.553.758		4.381.978
Imposto diferido.....		4.411.051		1.891.233
(G)		809.139.687		849.223.767
Interesses minoritários		2.681.258		1.752.844
Resultado consolidado líquido do período		9.840.444		-41.546.199
		821.661.389		809.430.412
Proveitos e ganhos				
Vendas:				
Mercadorias.....	34.086.091		32.764.136	
Produtos.....	749.408.773		710.350.312	
Prestações de serviços	4.189.575	787.684.439	5.274.059	748.388.507
Variação da produção.....		-11.431.562		7.650.773
Trabalhos para a própria empresa.....		427.535		373.582
Proveitos suplementares	4.729.918		7.006.740	
Subsídios à exploração.....	177.369		168.431	
Outros proveitos e ganhos operacionais	1.971.431	6.878.718	3.440.096	10.615.267
(B)		783.559.130		767.028.129
Ganhos de participações de capital:				
Relativos a empresas associadas.....			30.000	
Relativos a outras empresas.....				
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:				
Relativos a empresas associadas.....			1.559	
Outros.....	9.905		991.807	
Outros juros e proveitos similares:				
Relativos a empresas associadas.....	430.013		39.110	
Outros.....	9.488.348	9.928.266	9.770.836	10.833.312
(D)		793.487.396		777.861.441
Ganhos relativos a empresas associadas.....		172.523		40.397
Proveitos e ganhos extraordinários		28.001.470		31.528.574
(F)		821.661.389		809.430.412
Resumo:				
Resultados operacionais: (B) - (A) =		38.490.940		3.069.661
Resultados financeiros: [(D) - (B)] - [(C) - (A)] =		-34.398.733		-42.337.348
Resultados correntes: (D) - (C) =		4.092.207		-39.267.687
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =		18.486.511		-33.520.144
Resultado consolidado com os interesses minoritários do período: (F) - (G) =		12.521.702		-39.793.355

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

A informação constante deste anexo segue a estrutura e numeração propostas pelo Plano Oficial de Contabilidade, sendo apenas apresentadas as notas cuja informação é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Sonae Indústria, SGPS, SA.

0 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS ADOPTADOS

As contas consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos e normas de consolidação do Plano Oficial de Contabilidade, com a alteração introduzida pelo decreto-lei n.º 238/91, de 2 de Julho.

As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos mais significativos utilizados na elaboração das contas consolidadas foram os seguintes:

(a) Custo histórico

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas ao custo histórico, modificado por reavaliações legais ou económicas de imobilizações corpóreas específicas, e com base no princípio da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (notas 1 e 3), mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

(b) Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a sociedade mãe e as suas filiais (notas 1 a 3). Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda. São efectuados ajustamentos na consolidação, quando necessário, por forma a adaptar as

políticas contabilísticas das filiais e associadas às definidas pelo Grupo. Os saldos, as transacções e os lucros entre empresas do Grupo foram eliminados.

(c) Investimentos financeiros

As sociedades em que o Grupo participe em mais de 20% mas em menos de 50% do capital social e nas quais o Grupo pode exercer influência significativa foram incluídas nas contas como empresas associadas pelo método de equivalência patrimonial. A parte do resultado líquido das associadas atribuível ao Grupo está incluída na demonstração de resultados. A parte de outros movimentos nos capitais próprios das associadas ocorridos após a aquisição e atribuíveis ao Grupo aparece relevada nos capitais próprios consolidados. São efectuados ajustamentos na consolidação quando necessário para adaptar as políticas contabilísticas das associadas às definidas pelo Grupo. As transacções e os lucros com empresas associadas são eliminados na consolidação, proporcionalmente.

As participações financeiras em empresas do grupo e associadas que sejam excluídas da consolidação nos termos estabelecidos no art.º 4º do decreto-lei n.º 238/91, bem como as participações em empresas participadas, são relevadas ao custo de aquisição (notas 2 e 4), posteriormente reduzido ao valor líquido estimado de realização através da constituição das provisões que se revelem necessárias.

(d) Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria são valorizadas ao custo de aquisição, que inclui os gastos adicionais de compra.

Caso o valor de mercado dos títulos seja inferior ao custo de aquisição e se estime que a diferença corresponde a uma perda permanente de valor, são constituídas as respectivas provisões.

(e) Activo imobilizado corpóreo

O activo imobilizado corpóreo é apresentado ao seu custo de aquisição, incluindo as sucessivas reavaliações legais, acrescido das despesas imputáveis à compra.

Os subsídios recebidos ou a receber relativos a activos específicos são apresentados em proveitos diferidos e posteriormente considerados proveitos ao longo da vida útil dos respectivos bens. Os subsídios não identificáveis com activos específicos são considerados proveitos no exercício em que são recebidos.

(f) Depreciação

A depreciação é calculada em duodécimos pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada tipo de activo. As taxas de depreciação anual mais importantes são as seguintes:

	%
Edifícios e outras construções	2
Equipamento básico	6,6
Equipamento de transporte	20
Equipamento administrativo	10
Imobilizações incorpóreas	20

(g) Propriedade Industrial e Outros Direitos

As marcas e patentes são apresentadas ao custo e amortizadas ao longo da vida útil do correspondente activo ou da duração da patente ou marca, dos dois a mais baixa.

(h) Diferenças de consolidação

As diferenças de consolidação, calculadas na data de aquisição de investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas, e que correspondem à diferença, positiva ou negativa, entre o valor de aquisição e o valor atribuível aos activos líquidos adquiridos, são registadas directamente nos capitais próprios como uma variação do saldo da rubrica “Outras Reservas” (ver nota 11).

(i) Capitalização de encargos financeiros

Os encargos financeiros relacionados com activos específicos, incorridos até ao momento de entrada em funcionamento do respectivo bem, são capitalizados, nomeadamente os encargos financeiros relativos a empréstimos bancários e de empresas do grupo, destinados ao financiamento do activo imobilizado em curso. Estes encargos capitalizados são amortizados ao longo do período médio estimado de amortização daqueles activos fixos, que é de 15 anos (nota 28).

(j) Despesas de instalação, de investigação e desenvolvimento

As despesas de instalação, de investigação e desenvolvimento de projectos específicos com expectativa razoável de sucesso comercial são capitalizadas desde que se considere serem os proveitos futuros estimados superiores aos custos de desenvolvimento já incorridos ou estimados incorrer e aos respectivos custos de produção, distribuição e administrativos. Estas despesas capitalizadas são amortizadas por um período de cinco anos (nota 25).

(k) Existências

As existências são apresentadas ao mais baixo entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é na generalidade calculado utilizando o critério da média ponderada e os seguintes métodos:

Mercadorias e Matérias-primas

- custo médio das existências, incluindo custos de transporte, despacho e manuseamento;

Produtos em Curso de Fabrico e Produtos Acabados

- incluem todos os custos directos de produção e encargos gerais de fabrico imputados com base num nível normal de actividade.

(l) Activos e passivos em moedas estrangeiras

Os activos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos para euros às taxas de câmbio em vigor no final do período. Os resultados das filiais estrangeiras são convertidos à taxa de câmbio média do período. As diferenças ocorridas na conversão da situação líquida inicial das subsidiárias são registadas numa reserva de conversão monetária, a qual está incluída na rubrica “Outras reservas”.

Nos casos em que os saldos no fim do período estão regulados por contratos de compra a prazo de moeda estrangeira, a taxa de câmbio definida nesses contratos é utilizada para converter as suas componentes em euros.

As taxas de câmbio utilizadas no período para a conversão em euros das contas das filiais estrangeiras foram as constantes na nota n.º 24.

(m) Interesses minoritários

Os montantes dos capitais próprios das empresas filiais consolidadas, atribuíveis às acções ou partes detidas por pessoas ou entidades estranhas às empresas incluídas na consolidação, são inscritos no balanço consolidado na rubrica “Interesses minoritários”.

Os interesses minoritários sobre o resultado líquido das filiais consolidadas são identificados e ajustados por dedução ao resultado do Grupo e inscritos na demonstração de resultados consolidada na rubrica “Interesses minoritários”.

(n) Impostos sobre o rendimento

A estimativa de imposto sobre o rendimento para o período findo em 30 de Junho de 2004 é calculada com base no resultado líquido ajustado de acordo com a legislação fiscal, considerando cada uma das filiais isoladamente ou os grupos de consolidação fiscal, quando existentes, e considera, quando existem situações relevantes, a tributação diferida.

Os impostos diferidos, quando relevantes, são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais reportáveis são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, tendo sempre em consideração os prazos legais em vigor para a utilização futura dos reportes mencionados.

(o) Locação financeira

Os activos sob contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades estão reflectidas no balanço consolidado, de acordo com o disposto nas Directrizes Contabilísticas n.º 10 e 25 (nota 47).

(p) Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efectivamente necessários para fazer face a riscos estimados.

(q) Especialização de exercícios

As empresas do grupo registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os custos e proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos.

I - INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E A OUTRAS

NOTA 1. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

	FIRMA	SEDE SOCIAL	% DE CAPITAL DETIDO				CONDIÇÕES DE INCLUSÃO
			30.06.2004		30.06.2003		
			Directo	Total	Directo	Total	
	Agloma – Financial Investments, B. V.	Ilhas Caimão	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Agloma - Sociedade Industrial de Madeira Aglomerada, S.A.	Oliveira do Hospital (Portugal)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Casca - Sociedade de Revestimento, S.A.	Mangualde (Portugal)	100,00%	94,24%	100,00%	94,75%	a)
	Celnave – Agência de Navegação, Lda.	Viana do Castelo (Portugal)	100,00%	36,08%	100,00%	32,50%	c)
	Celpap – Terminal de Celulose e Papel de Portugal, Lda.	Viana do Castelo (Portugal)	100,00%	36,08%	100,00%	32,50%	c)
	Cia. De Industrias y Negocios, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Ecociclo, Energia e Ambiente, S. A.	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%			a)
	Emprobal – Empr. Prod. e Comercial. de Embalagens, Lda.	Funchal (Portugal)	60,00%	21,65%	60,00%	19,50%	c)
	Euro Decorative Boards Ltd.	Knowsley (Reino Unido)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Euromegantic Lteé	Lac Mégantic (Canadá)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Euroresinas - Indústrias Químicas, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
	Explotaciones Comerciales, Industriales y de Servicios, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Explotaciones Madereras Catalanas, S. A.	Barcelona (Espanha)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Gescartão, SGPS, SA	Viana do Castelo (Portugal)	67,58%	36,08%	65,00%	32,50%	c)
	Glunz AG	Meppen (Alemanha)	98,17%	92,50%	98,17%	93,02%	a)
	Gollin GmbH	Bad Oeynhausen (Alemanha)	90,00%	83,25%	90,00%	83,71%	a)
	Imocapital, SGPS, SA	Maia (Portugal)	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	b)
	Investalentejo, SGPS, S. A.	Vila do Conde (Portugal)	100,00%	36,08%			c)
	Isoroy Chatelleraut	Labruguière (França)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Isoroy Diffusion, SNC	Rungis (França)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Isoroy Le Creusot, SAS	Torcy (França)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Isoroy Panneaux de Fibres, S.A.	St.Dizier (França)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Isoroy Transformation S.A.S.	St. Dizier (França)	99,99%	94,22%	99,99%	94,74%	a)
	Isoroy, SAS	Boulogne (França)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Lepe – Empresa Portuguesa de Embalagens, SA	Marinha Grande (Portugal)	100,00%	36,08%	100,00%	32,50%	c)
	Maichave – Consultoria e Gestão, SA	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
	Maiequipa - Gestão Florestal, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
	Manipulaciones Florestales, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Megantic B.V.	Amsterdão (Países Baixos)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Movelpartes – Comp. para a Indústria do Mobiliário, S.A.	Paredes (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
	Novobord (Pty) Ltd.	Woodnead (África do Sul)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
1)	Papelnova – Recolha e Recuperação de Desperdícios, S. A.	Mourão (Portugal)	100,00%	36,08%			c)
	Poliface – Componentes e Sist.para Mob. e Construção, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
	Portucel Embalagem – Empr. Produtora Embal. de Cartão, SA	Albarraque (Portugal)	100,00%	36,08%	100,00%	32,50%	c)
	Portucel España, S. A.	Madrid (Espanha)	100,00%	36,08%			c)
	Portucel Recicla – Indústria de Papel Reciclado, SA	Mourão (Portugal)	100,00%	36,08%	100,00%	32,50%	c)
	Portucel Viana – Empresa Produtora de Papéis Industriais, SA	Viana do Castelo (Portugal)	100,00%	36,08%	100,00%	32,50%	c)
2)	Portucel Viana Energia – Emp. Cogeração Energética, S. A.	Viana do Castelo (Portugal)	100,00%	36,08%			c)
	Racionalización y Manufacturas Florestales, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Resoflex – Mobiliário e Equipamentos de Gestão, S.A.	Vila de Conde (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
	SCS Beheer, BV	Holanda	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Selvicola del Norte, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Siaf – Soc. de Iniciativa e Aproveitamentos Florestais, S.A.	Mangualde (Portugal)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Socelpac, SGPS, SA	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
	Sociedade de Iniciativa e Aproveit. Florestais - Energias, S.A.	Mangualde (Portugal)	100,00%	94,24%	100,00%	94,76%	a)
	Société Civile Bois de la Duchesse	Auxerre (França)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)

	Société Civile de Chamouille	St. Dizier (França)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Société Civile de la Route de Caen	Saint-Pierre (França)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Société de Panneaux Isoroy, S.A.S.	Ussel (França)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Somit – Imobiliária, S.A.	Oliveira do Hospital (Portugal)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Sonae – Serviços de Gestão, S. A.	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
	Sonae Indústria – Consultadoria e Gestão, S. A.	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
	Sonae Indústria – Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A.	Maia (Portugal)	MÃE	MÃE	MÃE	MÃE	MÃE
	Sonae Indústria de Revestimentos, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
	Sonae Novobord (Pty) Ltd	Woodnead (África do Sul)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Sonae Táfibra - Gestão Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
	Sonae Táfibra (UK) Ltd	Knowsley (Reino Unido)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Sonae Táfibra Benelux, B. V.	Woerden (Países Baixos)	100,00%	92,50%	100,00%	93,02%	a)
	Sonae UK, Limited	Knowsley (Reino Unido)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Spanboard Products Ltd	Belfast (Reino Unido)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Sulpac, Empresa Produtora de Embalagens de Cartão, S. A.	Mourão (Portugal)	100,00%	36,08%			c)
	Tableros de Fibras, S.A.	Madrid (Espanha)	94,42%	94,22%	94,73%	94,75%	a)
	Tableros Tradema, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Táfibra - Tableros Aglomerados y de Fibras, A.I.E.	Madrid (Espanha)	100,00%	94,23%	100,00%	94,76%	a)
	Táfibra South Africa, Limited	África do Sul	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Tafibras, S.A.	Curitiba (Brasil)	53,99%	50,87%	53,99%	51,15%	a)
	Tafisa Brasil, S.A.	Curitiba (Brasil)	100,00%	59,11%	100,00%	59,44%	a)
3)	Tafisa Canadá Société en Commandite	Lac Mégantic (Canadá)	99,99%	94,22%	67,23%	63,70%	a)
	Tafisa France S.A.S.	Rungis (França)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Tafisa U.K.Ltd.	Knowsley (Reino Unido)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Tavapan, SA	Tavannes (Suíça)	100,00%	92,50%	100,00%	93,02%	a)
	Tecnologias del Medio Ambiente, S.A.	Barcelona (Espanha)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
	Tool, GmbH	Meppen (Alemanha)	100,00%	92,50%	100,00%	93,02%	a)

- a) Alínea a), nº1 do artº1º do decreto-lei n.º 238/91 (maioria dos direitos de voto, sendo titular do capital da empresa);
- b) Alíneas c) e d), nº1 do artº1º do decreto-lei n.º 238/91;
- c) Integradas nas demonstrações financeiras consolidadas da Imocapital, SGPS, S. A.:
- 1) Sociedade constituída em 17/05/2004;
 - 2) Sociedade adquirida em 05/04/2004;
 - 3) Aumento de participação em Maio de 2004.

NOTA 2. EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

FIRMA	SEDE SOCIAL	% DE CAPITAL DETIDO				CONDIÇÕES DE EXCLUSÃO
		30.06.2004		30.06.2003		
		Directo	Total	Directo	Total	
Eiweiler Sperrholz GmbH	Alemanha	100,00%	92,50%	100,00%	93,02%	a)
Enercicla, Lda	Mourão	100,00%	36,08%	100,00%	32,50%	a)
Florestal y Maderera, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
Glunz Service GmbH	Hamm (Alemanha)	100,00%	92,50%	100,00%	93,02%	a)
Glunz Uk Holdings, Ltd.	Londres (Reino Unido)	100,00%	92,50%	100,00%	93,02%	a)
Glunz Uka GmbH	Hamm (Alemanha)	100,00%	92,50%	100,00%	93,02%	a)
Isoroy Casteljaloux	Casteljaloux (França)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
Orpin, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
OSB Deutschland	Alemanha	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)

Novobord GmbH	Hamm (Alemanha)	100,00%	92,50%	100,00%	93,02%	a)
Poliface Brasil, Ltda.	São Paulo (Brasil)	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	a)
Poliface North America	Québec (Canadá)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
Société des Essences Fines Isoroy	Honfleur (França)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
Société Industrielle et Financière Isoroy	Rungis (França)	100,00%	94,22%	100,00%	94,75%	a)
Société de Tranchage Isoroy	Honfleur (França)	99,82%	94,05%	99,82%	94,57%	a)
Sonae Espanha, S.A.	Madrid (Espanha)	99,94%	99,94%	99,94%	94,94%	a)
Sonae Indústria Brasil, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
Sonae North América Inc.	Quebec (Canadá)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)

a) nº1 do art.º 4º do Decreto-Lei nº 238/91 (exclusão por imaterialidade);

NOTA 3: EMPRESAS ASSOCIADAS CONTABILIZADAS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

FIRMA	SEDE SOCIAL	% DE CAPITAL DETIDO			
		30.06.2004		30.06.2003	
		Directo	Total	Directo	Total
Serradora Boix	Barcelona	31,25%	29,6%	31,25%	29,60%

NOTA 4. EMPRESAS ASSOCIADAS NÃO CONTABILIZADAS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

FIRMA	SEDE SOCIAL	% DE CAPITAL				MOTIVOS DE EXCLUSÃO
		DETIDO				
		30.06.2004		30.06.2003		
		Directo	Total			
OKO Zentrum NRW	Alemanha	25,00%	23,13%	25,00%	23,25%	a)
Promodeco – Proj. Imobiliário Decoração e Construção, Lda	Maia	27,60%	27,60%	27,60%	27,60%	a)
Sonaegest	Maia	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	a)
Stinnes Holz GmbH	Hamm (Alemanha)	35,25%	32,61%	35,25%	32,79%	a)

a) nº1 do artº4º do decreto-lei n.º 238/91 (exclusão por imaterialidade);

NOTA 7. TRABALHADORES AO SERVIÇO

O número médio de trabalhadores ao serviço, durante o período, das empresas incluídas na consolidação pode ser analisado como segue:

Por categoria:	
Quadros	648
Técnicos	1.315
Pessoal Administrativo	606
Directos	3.989
Total	6.558

III - INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

NOTA 10: DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

Conforme política expressa na nota 0.h), as diferenças de consolidação foram registadas na rubrica “Outras reservas”:

	Euros		
	04.06.30	03.12.31	Variação
De abertura	-3.427.956	-3.431.487	3.531
Positivas (a)	-209.050.659	-208.695.117	-355.542
Negativas	41.123.495	38.305.500	2.817.995

(a) Líquido de amortizações acumuladas a 1 de Janeiro de 2001.

NOTA 11. DISPOSIÇÕES DO POC DERROGADAS NO PERÍODO

A política contabilística utilizada a partir de 1 de Janeiro de 2001 no tratamento das diferenças de consolidação (nota 0-h) constitui uma derrogação dos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, os quais preconizam que as diferenças de consolidação devem ser relevadas em rubrica autónoma do Imobilizado incorpóreo (Diferenças de consolidação) e amortizadas em quotas constantes durante o período estimado para a recuperação dos investimentos financeiros respectivos. Caso tivesse sido utilizado o critério preconizado pelo Plano Oficial de Contabilidade, viriam aumentados os valores das rubricas de Imobilizado incorpóreo líquido e Capitais próprios em 161 206 530 euros e o valor do resultado do período viria diminuído em 6 589 948 euros.

NOTA 14. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

A comparabilidade do Balanço Consolidado e da Demonstração Consolidada de Resultados de 30 de Junho de 2004 com o período homólogo do ano anterior é afectada pelas seguintes alterações do perímetro de consolidação:

1) Durante o 1º. semestre de 2004:

Inclusão das seguintes sociedades pelo método de integração global:

- a) Papelnova – Recolha e Recuperação de Desperdícios, S. A.;
- b) Portucel Viana Energia – Emp. Cogeração Energética, S. A..

- a) Sociedade constituída em 17/05/2004;
- b) Sociedade adquirida em 05/04/2004.

2) Durante o 2º. semestre de 2003:

Inclusão das seguintes sociedades pelo método de integração global:

- a) Ecociclo, Energia e Ambiente, S. A.
- b) Investalentejo, SGPS, S. A.
- c) Portucel España, S. A.
- d) Sulpac, Empresa Produtora de Embalagens de Cartão, S. A.

- a) Sociedade excluída da consolidação em exercícios anteriores.
- b) Sociedade constituída em 18 de Dezembro de 2003;
- c) Sociedade adquirida em 18 de Dezembro de 2003.
- d) Sociedade constituída em 1 de Outubro de 2003;

Exclusão das seguintes sociedades até então consolidadas pelo método de integração global:

- a) Indústrias Químicas del Carbono, S. A.;
- b) Isoroy Casteljalous;
- c) Poliface Componentes y Sist.para Mobil. y Construcción, S.L.
- b) Société des Essences Fines Isoroy;
- b) Société de Tranchage Isoroy.

- a) Sociedade liquidada em 15 de Dezembro de 2003;
- b) Sociedade desconsolidada dado ter sido celebrado um acordo de compra e venda para a respectiva alienação num prazo inferior a um ano;
- c) Sociedade liquidada em 21 de Novembro de 2003.

NOTA 18. CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS

O conjunto das empresas incluídas na consolidação contabilizaram as participações em associadas de acordo com a alínea a) do n.º 5.4.3.1. do anexo II do Plano Oficial de Contabilidade (custo de aquisição). No entanto, e nos casos mencionados na Nota 3. foram efectuados ajustamentos de consolidação para a contabilização das participações em associadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com o n.º 13.6.1 das Normas de Consolidação de Contas. Nas restantes situações (nota 4 – exclusão por imaterialidade), as participações em associadas permanecem ao custo de aquisição.

IV - INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS

NOTA 21. COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO REFLECTIDOS NO BALANÇO

Os compromissos financeiros não reflectidos no balanço à data de 30 de Junho de 2004 são os seguintes:

- a) Os bancos participantes no empréstimo sindicado de 300 000 000 euros detêm uma opção de venda à Sonae Indústria SGPS, SA dos créditos por eles concedidos a um conjunto de subsidiárias desta última, a ser exercida nos termos referidos no ponto 7 da nota 50;
- b) Responsabilidade por rendas de ALD vincendas no montante 1 130 728 euros;
- c) A Sonae Indústria, S. G. P. S., S. A. é solidariamente responsável com o seu principal accionista, Sonae S.G.P.S., S. A., pelo cumprimento das obrigações decorrentes de um contrato de financiamento junto do Banco Europeu de Investimentos, no montante de 50 000 000 euros, efectuado durante o exercício de 2001;

d) Durante o mês de Abril de 2004, várias sociedades integradas no perímetro de consolidação da Sonae Indústria SGPS, SA celebraram, com entidade terceira, contratos de sublocação de instalações fabris utilizadas na sua actividade operacional, na qual assumem pagar rendas trimestrais no montante de 480 041 euros por um período de 12 anos, num montante total de 23 041 936 euros.

Os bens sub-locados eram já anteriormente utilizados na actividade operacional destas sociedades através de contratos de arrendamento.

Os contratos agora celebrados incluem termos que, no âmbito da Directriz contabilística nº. 25, permitem a respectiva classificação como locação operacional.

NOTA 22. RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS

A 30 de Junho de 2004, as responsabilidades das empresas incluídas na consolidação por garantias prestadas podem ser apresentadas como segue:

	<u>Euros</u>
Garantias	268.932.862
Hipotecas	85.663.200
Penhores	2.162.162
Outras	37.140.238

V - INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

NOTA 23. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Ver Nota 0.

A partir do início de 2004, o Grupo adoptou o critério de incluir as amortizações de imobilizado associado à actividade fabril no custeio dos produtos acabados e em curso. Esta alteração aumentou o saldo de existências no final do 1º. semestre de 2004 em aproximadamente 2 900 000 euros.

NOTA 24 - COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO EM EUROS

As cotações utilizadas para conversão em euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes (nota 0-I):

	Taxa média período	Taxa 30.06.2004
Libra	0,673	0,671
Franco Suíço	1,553	1,524
Real	3,639	3,784
Rand	8,193	7,618
Dollar Canadiano	1,642	1,634

NOTA 25 – DESPESAS DE INSTALAÇÃO

Durante o período não ocorreram movimentos significativos na rubrica “Despesas de instalação”.

VI - INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS

NOTA 27. MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO

Os movimentos ocorridos durante o período nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações e provisões podem ser resumidos como segue:

Activo Bruto					Euros
Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates (a)	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	74.207.620	110.864		-42.944	74.275.540
Despesas de investigação e desenvolvimento	12.694.574	411.417	614.626	146.610	12.637.975
Propriedade industrial e outros direitos	4.082.460			3.957	4.086.417
Imobilizações em curso	3.815.582	740.841	317.475	-195.044	4.043.904
	94.800.236	1.263.122	932.101	-87.421	95.043.836
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	68.128.768	177	3.402.812	394.908	65.121.041
Edifícios e outras construções	429.069.300	178.016	15.481.093	6.120.747	419.886.970
Equipamento básico	1.790.167.429	1.004.603	2.386.571	6.560.446	1.795.345.907
Equipamento de transporte	21.956.663	405.078	869.417	-572.182	20.920.142
Ferramentas e utensílios	6.014.588	35.315		-26.740	6.023.163
Equipamento administrativo	57.237.649	213.502	202.166	-1.134.628	56.114.357
Taras e Vasilhame	25.005				25.005
Outras imobilizações corpóreas	28.190.861	68.563	8.068	10.699	28.262.055
Imobilizações em curso	23.323.488	22.903.153	281.861	-4.926.451	41.018.329
Adiant. p/conta de imobilizações corpóreas	621.000	962.282	286.355	-649.776	647.151
	2.424.734.751	25.770.689	22.918.343	5.777.023	2.433.364.120
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas associadas	56.856.286	4.086	197.400	-688.631	55.974.341
Empréstimos a empresas associadas	15.058.022		135.684	-388.536	14.533.802
Partes de capital em outras empresas participadas	141.633				141.633
Titulos e outras aplicações financeiras	86.253			823.032	909.285
Outros empréstimos concedidos	430.914		9.924		420.990
Adiant. p/conta investimentos financeiros	271.799	7.482		-1.741	277.540
	72.844.907	11.568	343.008	-255.876	72.257.591

a) Inclui actualização cambial dos saldos iniciais das filiais estrangeiras no valor 9 273 711 euros.

Amortizações e provisões				Euros
	Saldo	Reforço	Regularizações	Saldo
Rubricas	Inicial		(a)	Final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	45.501.218	5.848.408	-48.667	51.300.959
Despesas de investigação e desenvolvimento	8.873.450	635.948	6.495	9.515.893
Propriedade industrial e outros direitos	3.921.269	219.544	-235.369	3.905.444
	58.295.937	6.703.900	-277.541	64.722.296
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recurso naturais	1.764.762	14.036	7.007	1.785.805
Edifícios e outras construções	111.395.185	4.047.161	-4.605.847	110.836.499
Equipamento básico	851.247.183	48.705.633	-4.312.820	895.639.996
Equipamento de transporte	19.572.344	775.920	-1.431.666	18.916.598
Ferramentas e utensílios	3.906.464	487.403	-41.242	4.352.625
Equipamento administrativo	38.966.623	1.593.499	-1.434.426	39.125.696
Taras e Vasilhames	15.517	1.415		16.932
Outras imobilizações corpóreas	23.246.747	920.980	-27.325	24.140.402
	1.050.114.825	56.546.047	-11.846.319	1.094.814.553
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas associadas	46.858.570	1.500.000	-116.463	48.242.107
Empréstimos a empresas associadas	14.969.145		-435.343	14.533.802
Outros empréstimos concedidos			296.599	296.599
Titulos e outras aplicações financeiras	31.148		114.944	146.092
	61.858.863	1.500.000	-140.263	63.218.600

(a) Inclui actualização cambial dos saldos iniciais das filiais estrangeiras no valor de 2 252 756 euros.

NOTA 28. CUSTOS FINANCEIROS CAPITALIZADOS NO PERÍODO

Durante o período não foram capitalizados custos financeiros respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações em construção (nota o-i).

NOTA 33. DÍVIDAS A TERCEIROS VENCÍVEIS A MAIS DE CINCO ANOS

O montante das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vencem para além de cinco anos é 343 279 319 euros.

NOTA 34. DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS

A 30 de Junho de 2004, era o seguinte o montante das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado cobertas por garantias reais prestadas pelas empresas incluídas no perímetro de consolidação:

	Euros
Hipotecas	40.261.866

NOTA 36. INFORMAÇÃO SEGMENTAL

A actividade desenvolvida pela Sonae Indústria, S. G. P. S., S. A. e respectivas subsidiárias caracteriza-se por uma elevada dispersão geográfica dos activos e mercados em que se encontra presente, e por uma relativa homogeneidade em termos de produtos e serviços. Em relação ao elemento geográfico, importa referir que a Sociedade desenvolve a sua actividade produtiva através de subsidiárias instaladas em 9 países: Portugal, Espanha, França, Alemanha, Reino Unido, Suíça, Canadá, Brasil e África do Sul, que em conjunto absorvem cerca de 80% do volume de negócios consolidado. Para efeitos de análise segmental, verifica-se que tanto o risco de negócio como a rentabilidade da Sociedade, a nível consolidado, são função, principalmente, do vector geográfico e, acessoriamente, da diversidade de negócios, sendo também esta a forma como se encontra organizada a estrutura interna de gestão e de relato financeiro ao Conselho de Administração.

Consequentemente, para efeitos de relato financeiro por segmentos, a localização geográfica dos activos constitui o principal vector de segmentação, que se encontra complementado com informação por segmento de negócio.

A informação segmental que a seguir se apresenta foi preparada de acordo com as regras definidas tanto pela Directriz Contabilística nº. 27 como pela Norma Internacional de Contabilidade nº. 14 (revisão de 1997).

1. Segmentos geográficos

1.1. Com base na localização geográfica dos activos

mil Euros	Segmentos										Consolidado
	Portugal	Espanha	França	Alemanha	Reino Unido	Brasil	Canadá	África do Sul	Outros	Eliminações	
Réditos											
Vendas externas	167 926	119 721	93 986	156 532	53 727	31 677	62 923	40 116	61 078		
Vendas inter-segmentos	48 403	18 370	37 164	51 530	86				3 008	- 158 561	
Réditos totais	216 329	138 091	131 149	208 061	53 814	31 677	62 923	40 116	64 086	- 158 561	787 684
Resultados											
Resultados segmentais	19 410	956	3 002	18 436	- 3 554	1 070	4 390	10 054	702		
Eliminações inter-segmentos	63										
Resultados segmentais	19 473	956	3 002	18 436	- 3 554	1 070	4 390	10 054	702		54 530
Resultados não imputados											- 1 817
Custos financeiros											44 327
Proveitos financeiros											9 928
Parte resultados líquidos de associadas		173									173
Imposto sobre os lucros	2 363	12		1 032		611	632	1 308	7		5 965
Resultado das actividades ordinárias	14 372	1 116	4 297	17 404	- 3 554	459	5 258	8 746	696		12 522
Perdas extraordinárias											
Proveitos extraordinários											
Resultado líquido											12 522
Activos líquidos segmentais	438 518	243 477	243 467	339 152	134 781	111 834	155 788	96 139	8 537		1 771 693
Investimento em associadas ¹⁾		2 161									2 161
Activos líquidos não imputados											227 024
Activos líquidos totais consolidados											2 000 878
Passivos segmentais	90 237	127 842	90 792	145 741	24 893	14 985	16 046	16 263	2 847		529 645
Passivos não imputados											1 139 663
Passivos totais consolidados											1 669 308
Investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo	18 665	3 427	2 524	872	499	483	206	309	49		27 034
Amortizações do período	17 251	9 233	7 387	11 663	5 706	3 384	6 210	2 057	59		62 950

1) Sociedades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial (nota 3).

Em conformidade com o disposto na Directriz contabilística nº. 27 – Relato por segmentos, as contas 79 e 69, conforme classificação do Plano Oficial de Contabilidade, são incluídas nos Resultados segmentais. As Perdas e Proveitos extraordinários, no âmbito da referida directriz, são conceptualmente idênticas ao definido na Directriz contabilística nº. 20 – Resultados por funções.

1.2. Com base na localização geográfica dos clientes externos

Segmento	mil Euros	
Rédito		
Alemanha	149 915	19,0%
Espanha	141 762	18,0%
França	101 290	12,9%
Portugal	91 951	11,7%
América do Norte	75 785	9,6%
Reino Unido	51 475	6,5%
África do Sul	44 195	5,6%
Brasil	29 848	3,8%
Outros	101 463	12,9%
Total	787 684	

2. Segmentos de negócio

mil Euros	Segmentos		
	Derivados madeira	Derivados papel	Total
Réditos	699.618	88.066	787.684
Activos líquidos segmentais	1.544.864	226.828	1.771.693
Investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo	10.183	16.850	27.034

NOTA 38. IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 30 de Junho de 2004 e 2003, o detalhe dos impostos diferidos activos e passivos de acordo com as diferenças temporárias que os geraram é como segue:

			Euros	
	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	30.06.2004	30.06.2003	30.06.2004	30.06.2003
Reavaliação de imobilizado corpóreo depreciable				
Reavaliação de terrenos				
Mais-valias reinvestidas				
Prejuízos fiscais reportáveis	66.885.992	66.000.199		
Provisões não aceites para efeitos fiscais				
Amortizações não aceites para efeitos fiscais				
Resultados pela aplicação do MEP				
Homogeneização de critérios			27.987.949	30.804.425
Outros	255.685	523.414	6.349.332	3.009.368
	<u>67.141.677</u>	<u>66.523.613</u>	<u>34.337.281</u>	<u>33.813.793</u>

O saldo de activos por impostos diferidos inclui o montante de aproximadamente 54 000 000 euros, registado em exercícios anteriores, relacionado com prejuízos fiscais reportáveis gerados por subsidiárias que de uma forma geral não têm prazo de caducidade.

O movimento ocorrido nos impostos diferidos nos períodos findos em 30 de Junho de 2004 e 2003 foi como segue:

			Euros	
	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	30.06.2004	30.06.2003	30.06.2004	30.06.2003
Saldo inicial	67.594.593	69.157.063	30.552.209	30.941.486
Efeito em resultado (conta 862):				
Amortização do período de reavaliações livres de imobilizado corpóreo depreciable				
Amortização do período de mais-valias reinvestidas				
Prejuízos fiscais reportáveis	-795.521	1.118.526		
Anulação de provisões tributadas em exercícios anteriores				
Efeito de alteração de taxa de imposto				
Homogeneização de critérios			1.579.568	2.319.583
Outros	2.525	-257.786	2.038.487	305.513
Sub-total	-792.996	860.740	3.618.055	2.625.096
Efeito em resultado (contas 69 e 79):				
Alterações do perímetro de consolidação				
Sub-total				
Efeito em reservas:				
Atualização do efeito de correcção monetária nas reservas de reavaliação de terrenos				
Alteração de perímetro		-2.575.400		
Outros	340.080	-918.790	167.017	247.211
Saldo final	<u>67.141.677</u>	<u>66.523.613</u>	<u>34.337.281</u>	<u>33.813.793</u>

No período foram registados 3 984 033 euros e revertidos 365 978 euros de passivos por impostos diferidos, relevados na rubrica própria da demonstração consolidada de resultados e na rubrica de acréscimo de custos do balanço consolidado.

No período, foram ainda registados 1 513 420 euros e revertidos 2 306 416 euros de activos por impostos diferidos, relevados na rubrica de imposto diferido da demonstração consolidada de resultados e na rubrica de acréscimos de proveitos do balanço consolidado.

NOTA 41. DIPLOMAS LEGAIS EM QUE SE BASEOU A REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O Imobilizado corpóreo detido pelas várias empresas com sede em Portugal incluídas na consolidação foi reavaliado ao longo dos vários exercícios decorridos de acordo com as seguintes disposições legais: decretos-lei n.ºs 430/78, de 27 de Dezembro, 219/82, de 2 de Junho, 278/85, de 17 de Julho, 118/86, de 27 de Maio, 111/88, de 2 de Abril, 49/91, de 25 de Janeiro e 264/92 de 24 de Novembro. Exceptuam-se os casos dos activos adquiridos recentemente a preço de mercado.

NOTA 42. REAVALIAÇÕES

O efeito global das reavaliações efectuadas no activo imobilizado pode ser demonstrado como segue:

Rúbricas	Euros		
	Custo Histórico (a)	Reavaliações (a)(b)	Valores Contabilísticos Reavaliados (a)
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	59.904.003	3.431.233	63.335.236
Edifícios e outras construções	304.461.129	4.589.342	309.050.471
Equipamento básico	897.891.927	1.813.984	899.705.911
Equipamento de transporte	1.726.433	277.111	2.003.544
Ferramentas e utensílios	1.670.538		1.670.538
Equipamento administrativo	16.987.161	1.500	16.988.661
Taras e Vasilhames	8.073		8.073
Outras imobilizações corpóreas	4.085.903	35.750	4.121.653
	1.286.735.167	10.148.920	1.296.884.087

(a) Líquidos de amortizações;

(b) Englobam as sucessivas reavaliações.

NOTA 43. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: QUANTIFICAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

As alterações no perímetro de consolidação indicadas na nota 14 afectam a comparabilidade das demonstrações financeiras consolidadas do 1º. semestre de 2004 em relação ao período homólogo de 2003, sendo de destacar a desconsolidação das subsidiárias Isoroy Casteljalous, Leroy Gabon, S. A., Placage Okoumé du Gabon, Plysorol SAS, Plysorol SNC, Société des Essences Fines Isoroy e Société de Tranchage Isoroy durante 2003.

Em relação à demonstração consolidada de resultados, são de destacar os seguintes efeitos que afectam a comparabilidade do período corrente com o período homólogo de 2003:

	30.06.2003	30.06.2003 Pro forma	30.06.2004	Variação	Variação base comparável
Em milhares de Euros	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)-(1)	(5)=(3)-(2)
Volume de negócios	748 388	696 999	787 684	39 296	90 685
Outros proveitos operacionais	10 412	10 719	6 702	-3 710	-4 017
Custos operacionais	416 859	378 638	388 125	-28 734	9 487
Resultados operacionais	3 070	8 444	39 622	36 552	31 178
Resultados financeiros	-42 337	-36 120	-34 399	7 938	1 721
Resultados extraordinários	6 430	5 876	15 722	9 292	9 846
Estimativa IRC	6 273	5 871	5 964	- 309	93
Resultado líquido com int. minoritários	-39 793	-28 352	14 022	53 815	42 374

(2) Simulação de indicadores da demonstração consolidada de resultados a 30 de Junho de 2003 considerando o perímetro de consolidação desse período mas sem as sociedades desconsolidadas referidas anteriormente.

Em relação ao balanço consolidado à data de 30 de Junho de 2004, não se verificam efeitos significativos que prejudiquem a comparabilidade com o período homólogo do exercício anterior, devido ao facto de, no período em que ocorreu a desconsolidação das sociedades anteriormente referidas, o balanço individual das mesmas já não contribuir para o balanço consolidado.

NOTA 44. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS FINANCEIROS

	Euros	
	04.06.30	03.06.30
Custos e perdas		
Juros suportados	26.252.325	35.116.876
Amortização de investimento em imóveis		
Provisões para aplicações financeiras		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	4.706.716	5.579.516
Descontos de pronto pagamento concedidos	8.029.037	8.255.412
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria		4.772
Outros custos e perdas financeiras	5.338.918	4.214.084
Resultados financeiros	-34.398.733	-42.337.348
	<u>9.928.263</u>	<u>10.833.312</u>
Proveitos e ganhos	04.06.30	03.06.30
Juros obtidos	920.531	2.406.403
Rendimentos de imóveis		
Rendimentos de participações de capital		30.000
Diferenças de câmbio favoráveis	7.009.729	6.510.537
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.610.552	1.694.643
Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	15.828	26.892
Outros proveitos e ganhos financeiros	371.623	164.837
	<u>9.928.263</u>	<u>10.833.312</u>

NOTA 45. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

	Euros	
	04.06.30	03.06.30
Custos e perdas		
Donativos	45.313	67.856
Dívidas incobráveis	3.501.114	452.539
Perdas em existências	378.320	45.057
Perdas em imobilizações	3.249.518	1.735.729
Multas e penalidades	289.852	79.521
Aumentos de amortizações e provisões	1.912.041	2.190.598
Correcções relativas a exercícios anteriores	742.146	4.074.477
a) Outros custos e perdas extraordinárias	3.661.385	16.452.801
Resultados extraordinários	14.221.781	6.429.997
	<u>28.001.470</u>	<u>31.528.575</u>
Proveitos e ganhos	04.06.30	03.06.30
Restituição de impostos	2.524.074	1.686.786
Recuperação de dívidas	928.038	3.636
Ganhos em existências	42.608	13.632
Ganhos em imobilizações	6.157.792	6.738.034
Benefícios de penalidades contratuais	412	
b) Reduções de amortizações e provisões	10.810.659	14.889.733
Correcções relativas a exercícios anteriores	2.431.193	1.765.112
c) Outros proveitos e ganhos extraordinários	5.106.694	6.431.642
	<u>28.001.470</u>	<u>31.528.575</u>

- a) Inclui 1 397 236 euros de indemnizações por rescisão de contratos de trabalho em diversas filiais;
- b) Inclui 3 916 885 de utilização e reposição de provisões para cobranças duvidosas (nota 46);
- c) Inclui 4 258 619 euros de subsídios ao investimento reconhecidos no período.

NOTA 46. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES E MOVIMENTOS OCORRIDOS NO PERÍODO

As provisões acumuladas a 30 de Junho de 2004 e o seu movimento durante o período terminado nesta data, são as seguintes:

Contas	Euros			
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisões p/ aplicações de tesouraria	9.322.898			9.322.898
Provisões para cobranças duvidosas	20.126.304	1.380.753	4.074.251	17.432.806
Provisões para riscos e encargos	57.313.703	1.436.324	2.738.994	56.011.033
Provisões para depreciação de existências	4.249.867	1.157.162	2.204.010	3.203.019
Provisões para investimentos financeiros	61.858.863	3.257.065	1.897.328	63.218.600
	<u>152.871.635</u>	<u>7.231.304</u>	<u>10.914.583</u>	<u>149.188.356</u>

NOTA 47. BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA E RESPECTIVOS VALORES CONSOLIDADOS

	Euros
Terrenos	98.286
Edifícios e outras construções	6.504.411
Equipamento básico	20.105.239
Equipamento de transporte	848.046
Equipamento administrativo	1.272.585
Outras imobilizações corpóreas	
	<u>28.828.567</u>

NOTA 50. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA A COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

1) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

a) Acréscimos de Proveitos

Os principais valores incluídos nesta rubrica são:

	Euros
Activos por impostos diferidos (nota 38)	<u>67 141 677</u>

b) Acréscimos de Custos

Os principais valores incluídos nesta rubrica são:

	Euros
Impostos diferidos passivos (nota 38)	34.337.281
Remunerações a liquidar	24.381.120
Descontos de quantidade	22.047.120
Fornecimentos e serviços externos	12.197.351
Juros a liquidar	9.928.564

c) Proveitos Diferidos

Os principais valores incluídos nesta rubrica são:

	Euros
Subsídios ao investimento	98.572.373

2) OUTROS DEVEDORES – CURTO PRAZO

Os principais valores incluídos nesta rubrica são:

	Euros
Contas correntes de "factoring"	900.793
Subsídios investimento	3.396.609
EDIA (Portucel Recicla)	7.995.830
Securitização de créditos: valor retido - nota 50 - 10)	34.674.935

O saldo da rubrica "EDIA (Portucel Recicla)" inclui o montante de 7 832 833 euros respeitante a conta a receber pela subsidiária Portucel Recicla, vencida, relativa à terceira (e última) prestação indemnizatória definida no Auto de Expropriação Amigável celebrado com a EDIA, em consequência da submersão das suas instalações industriais com a construção da Barragem do Alqueva. Em Junho de 2003, foi interposta uma acção executiva ordinária para a cobrança daquele saldo, tendo a EDIA deduzido embargos de executada, argumentando que aquela prestação não é exigível face à alteração dos pressupostos que estiveram na base do acordo celebrado, concretamente a ausência de construção da nova fábrica de papel reciclado e custos de despoluição superiores aos previstos. Por não estar de acordo com a fundamentação apresentada, a Portucel Recicla apresentou contestação judicial.

3) OUTROS CREDORES – CURTO PRAZO

Os principais valores incluídos nesta rubrica são:

	Euros
Contas correntes de "factoring"	18 946 797
Aquisição remanescente participação Tafisa Canadá	6 603 159
Adiantamento por conta alienação imóveis	12 912 000

4) OUTROS CREDORES – MÉDIO E LONGO PRAZO

Os principais valores incluídos nesta rubrica são:

Aserraderos de Cuellar a)	50 051 855
Aquisição participação remanescente Tafisa Canadá	24 998 087

a) Adiantamento recebido por conta de alienação de terreno à Aserraderos de Cuellar, S. A..

5) EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS

Os empréstimos obrigacionistas podem ser resumidos como segue:

- a) Tafisa 98 no valor de 30.052.573 euros, que será reembolsado na sua totalidade em 2005. A taxa de juro corresponde à Mibor acrescida de 0,75%.

6) PENSÕES DE REFORMA

No âmbito da política salarial praticada por várias subsidiárias da Sonae Indústria, S. G. P. S, S. A., foram constituídos em exercícios anteriores planos de benefícios de reforma nos seguintes termos:

- a) Glunz AG: dispõe de um plano de benefícios definidos, sem fundo constituído, calculado de acordo com a norma internacional nº 19 com base em estudos

actuariais levados a cabo por entidade independente. A sociedade tem registada uma provisão na rubrica de Provisões para outros riscos e encargos – provisões para pensões, no valor de 22 349 653 euros, que cobre aproximadamente o valor das responsabilidades estimadas a 30 de Junho de 2004, tendo por base os estudos actuariais reportados a 31 de Dezembro de 2003;

- b) Subsidiárias da Gescartão, S. G. P. S., S. A.: dispõem de um plano de benefícios definidos, com fundo constituído gerido por entidade terceira , calculado de acordo com a directriz contabilística nº 19 com base em estudos actuariais levados a cabo por entidade independente. As responsabilidades com serviços passados ascendem, à data de 30 de Junho de 2004, a 25 706 815 euros, as quais se encontram integralmente cobertas por fundo constituído e saldo registado em rubricas de Acréscimos de custos e Custos diferidos. Durante o período, o fundo de pensões variou no montante líquido de 853 464 euros, que se encontra relevado nas rubricas de Custos com o pessoal (966 531 euros) , Proveitos extraordinários (113 067 euros), Acréscimos de custos 965 028 euros) e Custos diferidos (111 564 euros).
- c) Outras subsidiárias da Sonae Indústria S.G.P.S., S. A.: diversas sociedades dispõem de um plano de benefícios definidos, com fundo constituído gerido por entidade terceira, calculado de acordo com a directriz contabilística nº 19 com base em estudos actuariais levados a cabo por entidade independente. Estão abrangidos os trabalhadores de cinco sociedades contratados até 31 de Dezembro de 1994 que, a partir do momento da reforma e até ao termo da vida, receberão mensalmente uma renda correspondente a 20% do seu salário à data de reforma. À data de 30 de Junho de 2004 não foram apurados o valor do fundo e as responsabilidades por serviços prestados, embora se estime não existir diferença materialmente relevante entre o valor das responsabilidades e o valor do fundo, considerando o último estudo actuarial disponível, reportado à data de 31 de dezembro de 2003.

7) DÍVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO - MÉDIO E LONGO PRAZO

Em 1999 foi contratado por um conjunto de subsidiárias da Sonae Indústria um empréstimo sindicado em regime de "revolving" no valor de até 400 milhões de euros, cujo montante

disponível foi reduzido para até 300 milhões de euros em 20/12/2002, e será reduzido para 100 milhões em 20/12/2004, vencendo-se na totalidade em 20/12/2006. O reembolso antecipado do empréstimo poderá ser exigido na sequência do exercício da opção de venda detida pelas instituições bancárias participantes, após decorrido um "remedy period" de 15 dias a contar da data de reporte das contas anuais e semestrais, em caso de incumprimento pelo Grupo Sonae Indústria dos seguintes rácios: Dívida remunerada líquida sobre Capital próprio de no máximo 1,4 e Dívida remunerada líquida sobre Cash flow operacional (EBITDA) de no máximo 4,5 em Junho de 2003 e 4 daí em diante.

A taxa de juro corresponde à Euribor a 3 ou 6 meses, acrescida de uma margem em função da performance económica do Grupo Sonae Indústria medida pelos rácios Dívida Remunerada Líquida sobre Capital Próprio e Dívida Remunerada Líquida sobre Cash Flow Operacional (EBITDA).

A Sonae Indústria está a analisar os termos deste financiamento, tendo em vista ou o pagamento da parte que se vence ou o alargamento da sua maturidade e alteração dos rácios atrás referidos.

Durante o exercício de 2002, a Sonae Indústria, S. G. P. S., S. A., conjuntamente com o seu principal accionista, Sonae S. G. P. S., S. A. e com a sua filial Glunz Ag, celebraram um contrato de financiamento junto do Banco Europeu de Investimento, no montante total de 119 000 000 euros, utilizado na totalidade à data de 30 de Junho de 2004. Este empréstimo vence juros trimestrais, indexados à Euribor, e será reembolsado em 16 prestações semestrais, sucessivas e iguais, vencendo-se a primeira em Junho de 2005.

A Tafisa Canada celebrou em exercícios anteriores um contrato de financiamento junto de um sindicato bancário, no montante total de CAD 101 200 000. Este empréstimo vence juros à taxa de mercado, e será reembolsado em 45% do capital através de 9 amortizações semestrais, tendo-se vencido a primeira em Junho de 2000, e em 55% do capital através de um único pagamento em Junho de 2005. À data de 30 de Junho de 2004, o valor do empréstimo ascendia a 40 261 866 euros.

A Sonae UK celebrou um contrato de financiamento junto do Banco Europeu de Investimento, no montante total de GBP 35.000.000. Este empréstimo vence juros à taxa de mercado, e será reembolsado em 15 prestações semestrais, sucessivas e iguais, tendo-se vencido a primeira em Junho de 2002. Em 30 de Junho de 2004, o valor do empréstimo ascendia a 34 786 968 euros.

8) DESCONSOLIDAÇÃO DE SOCIEDADES

Em 31 de Dezembro de 2003 foi celebrado um acordo com a Sonae Capital, SGPS, SA, para a alienação das participações financeiras nas subsidiárias Isoroy Casteljalous, Société des Essences Fines Isoroy e Société de Tranchage Isoroy. No contrato celebrado, para além de ser estabelecido o preço de venda das sociedades referidas (200 000 euros), é também estipulado que os contratos de compra e venda daquelas participações deverão ser formalizados num prazo inferior a um ano. Consequentemente, estas sociedades foram excluídas de consolidação em 31 de Dezembro de 2003 e 30 de Junho de 2004 (cf. Notas 1, 14 e 43) e as respectivas participações foram reflectidas no balanço consolidado pelo valor líquido de alienação, acima referido.

Para além das participações financeiras, o contrato estabelece a alienação dos suprimentos concedidos a estas empresas, no montante de 7 530 268 euros, o qual se encontra registado na rubrica do activo “Empresas associadas”.

À data de 30 de Junho de 2004 ainda não se havia concretizado a alienação das participações financeiras referidas anteriormente.

9) ALIENAÇÃO DE SOCIEDADES DESCONSOLIDADAS EM 30.06.2003

À data de 30.06.2003 foram desconsolidadas as sociedades Leroy Gabon, SA, Placage Okoumé du Gabon, Plysorol SAS e Plysorol SNC, dado ter sido efectuado um contrato com a Sonae Capital SGPS, SA, que previa a alienação destas sociedades no prazo máximo de um ano. À data de 31 de Dezembro de 2003, a alienação das sociedades referidas já tinha sido concretizada. Durante o mês de Fevereiro de 2004, foi recebido o montante correspondente ao preço de venda destas sociedades (que inclui a participação financeira e os suprimentos concedidos), registado na rubrica “Empresas associadas” do balanço consolidado à data de 31.12.2003.

10) SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS SOBRE TERCEIROS

Em Abril de 2004 várias sociedades incluídas no perímetro de consolidação, localizadas em Portugal, Espanha, França, Alemanha, Holanda, Inglaterra e Irlanda do Norte, celebraram

um contrato de securitização com a Tulip Asset Purchase Company B. V. ("TAPCO"), referente à venda de créditos comerciais detidos, com a duração de até 5 anos.

Em consequência desta operação, o montante das facturas por cobrar vendidas pode atingir 120 000 000 euros, valor utilizado na quase totalidade e deduzido ao saldo da rubrica "Clientes conta corrente" do balanço consolidado. O valor das facturas vendidas retido pela TAPCO encontra-se relevado na rubrica "Outros devedores" do balanço consolidado, conforme nota 50-2).

O risco de crédito associado às contas a receber vendidas foi transferido para aquela entidade, excepto na parcela retida anteriormente referida, a qual só é paga às sociedades do grupo após cobrança das facturas.

Em 30 de Junho de 2003, a Administração das sociedades do grupo envolvidas entende que a parcela retida, acima referida, é integralmente realizável.

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2004, da Sonae Indústria, SGPS, S.A. e suas filiais (“Grupo Sonae Indústria”), incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço consolidado (que evidencia um total de 2.007.879.350 Euros e capitais próprios de 198.629.310 Euros, incluindo um resultado líquido de 9.840.444 Euros), na Demonstração consolidada dos resultados do período de seis meses findo naquela data e no correspondente Anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa e suas filiais.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações; (ii) que a informação financeira histórica, seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação financeira semestral.

Reserva

8. Até 31 de Dezembro de 2000, o Grupo adoptou a política contabilística de registar no imobilizado incorpóreo as diferenças de consolidação calculadas na data de aquisição de investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas e de as amortizar no período estimado de recuperação dos respectivos investimentos. No início de 2001, o Grupo decidiu adoptar um critério diferente, que consiste em registar aqueles montantes como uma redução de “Outras reservas”, o qual foi aplicado igualmente ao valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro de 2000 das diferenças de consolidação registadas até essa data. O critério adoptado a partir de 31 de Dezembro de 2000 não está de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal. Caso o Grupo tivesse mantido o critério e prazos de amortização adoptados até 31 de Dezembro de 2000, o activo e os capitais próprios em 30 de Junho de 2004 seriam superiores em aproximadamente 48.557.000 de Euros, e o resultado consolidado líquido do período de seis meses findo naquela data seria inferior em aproximadamente 2.735.000 de Euros, correspondente à amortização daquelas diferenças de consolidação no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2004.

Parecer

9. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, excepto para os efeitos do assunto descrito no parágrafo 8 acima, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2004 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

10. Embora o Grupo tenha obtido resultados líquidos positivos no semestre findo em 30 de Junho de 2004, evidenciou nos últimos exercícios a geração de resultados líquidos negativos, essencialmente por empresas subsidiárias localizadas na Alemanha, França e Reino Unido, os quais têm vindo a determinar uma redução significativa dos capitais próprios consolidados. Adicionalmente, o Grupo registou em exercícios anteriores, activos por impostos diferidos relacionados com os prejuízos fiscais gerados por aquelas filiais, cujo saldo em 30 de Junho de 2004 ascende a aproximadamente 52.266.000 Euros. As circunstâncias acima referidas indiciam que a capacidade do Grupo para realizar integralmente os activos corpóreos e incorpóreos daquelas filias bem como os activos por impostos diferidos acima referidos, está dependente do sucesso das suas operações futuras e da manutenção das actuais condições para o reporte e utilização futura dos prejuízos fiscais.

Porto, 31 de Agosto de 2004

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves